

PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº **166** / 2024

AUTOR: DEPUTADO GEORGE MORAIS

Excelentíssimo Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, inciso XIX do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado junto ao Diretor Presidente da ARPB - Agência de Regulação do Estado da Paraíba, o Sr. José Otávio Maia Vasconcelos, esclarecimentos urgentes sobre a cobrança retroativa de ICMS sobre os clientes que optaram pela geração distribuída de energia solar, e que está sendo cobrada em parcela única.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento solicita esclarecimentos à ARPB sobre a cobrança retroativa em parcela única de ICMS sobre os clientes de geração distribuída de energia solar na Paraíba, cobrança efetuada pela ENERGISA, é fundamentada na necessidade de transparência e entendimento claro dos motivos e impactos dessa medida.

Queremos esclarecer:

- 1. Transparência e Informação:** Garantir que os consumidores compreendam completamente os detalhes e fundamentos por trás da cobrança retroativa de ICMS. Isso inclui entender por que essa cobrança está sendo implementada agora e quais são as bases legais ou regulatórias para essa decisão.
- 2. Impacto Financeiro:** Avaliar o impacto financeiro direto e indireto que essa cobrança terá sobre os consumidores de energia solar distribuída. Isso é crucial para que os consumidores possam planejar financeiramente e tomar decisões informadas sobre seus investimentos em energia solar.
- 3. Consistência Regulatória:** Verificar se essa medida está alinhada com as normas regulatórias vigentes e se foram seguidos os procedimentos adequados para sua

GABINETE DO DEPUTADO GEORGE MORAIS

implementação. Isso assegura que os consumidores estejam sendo tratados de maneira justa e conforme as leis aplicáveis.

4. **Alternativas e Mitigação:** Explorar possíveis alternativas ou medidas de mitigação que possam ser consideradas para minimizar o impacto econômico sobre os consumidores de energia solar distribuída, promovendo um ambiente de transição energética mais equitativo e sustentável.

Portanto, o requerimento visa proteger os direitos dos consumidores e promover uma discussão construtiva que leve a uma solução equilibrada e justa para todas as partes envolvidas.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, Plenário Deputado José Mariz, em 16 de julho de 2024.



George Morais
Deputado Estadual